



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS APLICADAS – FATECS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL

Marcos Ellen Aquino Corrêa
Ra-937194-1

Professor Orientador
Alexandre Zioli Fernandes

Brasília/DF, novembro de 2009.

Marcos Ellen Aquino Corrêa

BALANÇO SOCIAL

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Contábeis do UNICEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof. Zioli

Brasília/DF, novembro de 2009.

Marcos Ellen Aquino Corrêa

BALANÇO SOCIAL

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Contábeis do UNICEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof. Alexandre Zioli Fernandes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alexandre Zioli
Orientador

Prof. João Alberto Arruda
Examinador

Prof. Nolberto Betin Furquim
Examinador

Brasília/DF, novembro de 2009.

Agradecimentos

Ao Professor Orientador ALEXANDRE ZIOLI, pela atenção, paciência e estímulo dedicado aos alunos, Ao Professor JOÃO ALBERTO ARRUDA, pelos seus chamados à reflexão e questionamentos críticos, sempre pertinentes. Ao Professor NOLBERTO BETIN FURQUIM, exemplo profissional a ser seguido. Particularmente, ao Professor BRIXNER, pelas orientações e a predisposição latente de ajudar sempre aos alunos. A todos os professores, colegas e funcionários pela convivência harmoniosa e marcada por bons momentos.

RESUMO

Este estudo busca expor a essência do Balanço Social face à necessidade premente de uma preparação da classe contábil para estar apta a elaborar estes modelos de relatórios, no caso, os balanços sociais, que também podem ser denominados como relatórios de sustentabilidade. Cabe-se ressaltar que tais relatórios são essenciais para explicitar de forma clara e transparente a plena manifestação da Responsabilidade Social de uma empresa. Com o fim de compor um instrumento de fácil interpretação, foi realizada pesquisa bibliográfica e posterior análise de informações, com as quais, buscou-se elaborar um trabalho que englobasse as principais características do balanço social, seu surgimento, contexto histórico, etapas e modelos. Apresentando os Modelos GRI e IBASE, suas estruturas e princípios aplicados. Após esta pesquisa realizada, conclui-se sobre uma necessidade de conscientização e adaptação aos novos tempos, tanto do meio empresarial quanto dos profissionais envolvidos com relação ao desenvolvimento sustentável e sua tríade: desenvolvimento econômico, respeito ao ser humano e ao meio ambiente.

Palavras chave: balanço social, responsabilidade social, meio ambiente.

SIGLAS

ADCE Brasil - Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil.

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

GRI - *Global Reporting Initiative*: Organismo Internacional que promove a iniciativa de se elaborar e divulgar os relatórios de sustentabilidade ou Balanço Social.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

PIS – Programa de Integração Social

PASEP – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS.

ACCOUNTABILITY – Capacidade efetiva de prestar contas.

E-BOOKS – Livros digitalizados e disponibilizados na rede mundial de computadores.

STAKEHOLDERS – São as pessoas físicas ou jurídicas relacionadas ao universo da empresa.

SUSTAINABILITY REPORTING GUIDELINES - Manual para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - O BALANÇO SOCIAL NO BRASIL	4
3 - BALANÇO SOCIAL - CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS.....	6
3.1 - RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.....	8
3.2 - BALANÇO SOCIAL – RECURSOS HUMANOS.	9
3.3 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO - (DVA).....	10
3.3.1 - ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO	11
3.3.2 - EXEMPLO DE ELABORAÇÃO DA DVA	12
4 – ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	13
4.1 – PRINCÍPIOS DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS	15
5 - MODELOS DE BALANÇO SOCIAL.....	17
5.1 - MODELO IBASE	18
5.2 – MODELO GRI.....	22
6 - CONCLUSÃO	27
7 - REFERÊNCIAS	28

1 - INTRODUÇÃO

As constantes oscilações na economia mundial trazem-nos à tona a questão do desenvolvimento a qualquer preço. Será realmente necessário que os países cresçam de forma a se fortalecerem, mas com isso pagando um preço social e ambiental elevado, tanto em suas fronteiras quanto a povos do outro lado do mundo. Expressões como desenvolvimento sustentável, impacto ambiental, redução de emissão de poluentes, responsabilidade social eram praticamente desconhecidas. As quais se tornam necessárias para qualquer empresa atuante dentro do mercado, neste contexto encontramos o Balanço Social.

O Balanço social surgiu como idéia e execução nos últimos 30 anos, experiência recente, encontrando-se em destaque a França como precursora em sua legislação determinando que toda empresa com mais de 300 funcionários, elabore o referido balanço Social.

De acordo com Tibúrcio, (Atlas, 2001). O Balanço Social é uma publicação anual das empresas que é composta por informações sobre ações sociais, benefícios e projetos destinados aos empregados, investidores e a sociedade em geral. É uma ferramenta essencial para avaliação e fomento da Responsabilidade Social Corporativa. As empresas que o adotam têm relevada sua posição ética, pois dissemina o bem entre as pessoas, princípio que agrega valor e imagem diante dos consumidores e investidores, assim como para os Governos e mercados externos.¹. Considera-se esta definição do Balanço Social na presente pesquisa como uma das mais completas, porém é um conceito que está em constante evolução.

Outro fator importante é justamente a preservação ambiental, onde as medidas tomadas pelas empresas para administrarem os recursos naturais, suas limitações de exploração e a redução do dano causado às pessoas e ao meio ambiente, desta forma o Balanço Social é o veículo exato para publicação das ações ambientais e sociais da empresa.

Diante desta necessidade, as empresas passaram a adotar medidas e ações sociais efetivas, de forma contínua e visando metas, sendo necessária a mensuração destas ações por profissional específico e publicação periódica de demonstrativo destinado à Sociedade, ao Mercado e aos próprios funcionários. Este

processo ocorreu no resultado de uma união de interesses e necessidade do meio empresarial e também uma cobrança de atitude pelo mercado e consumidores.

O Balanço Social deverá servir como suporte para o pleno desempenho do exercício da profissão contábil, o qual não pode somente se prender aos demonstrativos tradicionais e exigidos por Lei, mas também dedicar um profundo estudo na elaboração do Balanço Social.

Dentre os diversos campos de atuação de um profissional contábil, além do mundo financeiro, existem outras áreas que necessitam do conhecimento técnico de um Contador, assim, a escolha do tema Balanço Social foi definida no intuito de propor mais uma opção de capacitação para o devido exercício da profissão contábil.

A presente pesquisa busca demonstrar, nos capítulos seguintes, o surgimento do Balanço Social no Brasil e seu desenvolvimento histórico, suas características essenciais: a responsabilidade social corporativa, os recursos humanos e a demonstração do valor adicionado. Suas etapas de elaboração, princípios para elaboração e confiabilidade dos modelos apresentados, os modelos disponíveis e uma conclusão sobre o Balanço Social, sua realidade atual e perspectivas para o futuro.

O Objetivo desta pesquisa bibliográfica, de uma forma específica, é demonstrar as formas de balanços sociais existentes, sua criação e desenvolvimento histórico, expor os modelos de balanço social e suas estruturas, discutir suas informações relevantes, também, pesquisar todas as informações possíveis e disponíveis para a composição e elaboração do Balanço Social.

Como entender a realidade dos Balanços Sociais existentes? Qual o seu real contexto? Será realmente necessário que um contador, profissional mergulhado sempre em cifras, relatórios e demonstrativos financeiros envolver-se em questões de natureza social e humana? Elucidar tais questões é a proposta desta pesquisa.

A princípio foi realizado um levantamento de todos os recursos disponíveis para coleta de dados e obtenção de informações, através de pesquisa bibliográfica.

Incluem-se nesta pesquisa, além da pesquisa bibliográfica tradicional, livros digitalizados (*e-books*) e divulgados de forma gratuita em sítios eletrônicos de organismos não governamentais, instituições de classe, órgãos reguladores do setor

¹ Balanço Social – Teoria e Prática – César Augusto Tibúrcio Silva e Fátima de Souza Freire (organizadores) – São Paulo – Atlas, 2001.

econômico vinculados ao governo, também dados obtidos em sítios eletrônicos de governos de outros Países e organismos internacionais. Ressalte-se que esta pesquisa ficaria limitada, caso fosse restrita somente à consulta a livros e periódicos convencionais. Numa fase posterior foi realizada uma compilação das informações obtidas levando-se a uma análise e interpretação orientada para uma apresentação inteligível, buscando expor o tema sob um ponto de vista crítico e analítico.

O que esta pesquisa busca é formular e compor um guia introdutório para os profissionais contábeis, tendo em vista o crescimento de empresas que necessitam incluir em seus demonstrativos, suas ações de responsabilidade social.

O Balanço Social é mais um instrumento de avaliação empresarial. É um componente exigido para obtenção de novos patamares de Governança Corporativa, recuperação ou aumento da aceitação da empresa pelo mercado interno e externo, premiação e certificação de empresas.

Assim cabe ao Profissional Contábil ter o conhecimento deste modelo de demonstrativo e o dever de multiplicar a aplicação do Balanço Social nas empresas onde atua, buscando sempre, sugerir às administrações das empresas, a atuar no mercado de uma forma consciente, onde em um primeiro momento deve-se recomendar que se cumpram às obrigações sociais, exigidas por lei, prática, às vezes, esquecidas por alguns empresários, e em um segundo momento recomendar a adoção de ações sociais e ambientais efetivas.

O resultado esperado por este estudo é de que as pessoas, além das empresas se conscientizem que o verdadeiro ganho, o lucro de fato aferido, somente deveria existir de forma sustentável, ou seja, atendendo ao lado econômico e financeiro, mas considerando-se também a questão social e o meio ambiente.

2 - O BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

Os primeiros momentos de mudança na mentalidade empresarial brasileira ocorreram, quando um movimento de empresários criou a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Sendo essa a primeira referência histórica da Responsabilidade Social Corporativa no Brasil, ainda que restrito a um pequeno grupo e limitado apenas a conceitos, foi o marco inicial para o amadurecimento do Balanço Social. Essa Associação tinha como postulado a necessidade de que as empresas, além de produzirem bens e serviços, devem possuir um propósito social a ser realizado para os trabalhadores e do bem comum da sociedade.

Devido ao momento histórico do Brasil nas décadas de 60 e 70, esse movimento sofreu uma séria limitação em virtude da política governamental vigente naquela época. Com a queda deste modelo de administração estatal, ocorreu o desenvolvimento das empresas, tanto motivado pelo aumento do investimento externo tanto pela liberdade de mercado, pois os espaços antes ocupados pelo Estado, se transformaram em áreas de exploração, as empresas precisaram se adequar às tendências mundiais, da mesma forma ocorreu com o próprio estado e também com a sociedade.

Na década de 70, foi criada por meio do decreto-lei nº 76.900/75, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): Um relatório obrigatório para todas as empresas e presta conta das informações sociais relacionadas aos trabalhadores nas empresas. Pode-se dizer que a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem os mesmos atributos do Balanço Social, mas não exerce a função do Balanço Social e também não é publicado, ou seja, a sociedade em geral não tem acesso a essas informações. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) destina-se ao Ministério do Trabalho e Emprego apenas para prover os controles estatísticos do Governo na área social, para cumprimento de programas sociais do Governo voltados para os trabalhadores, tais como o Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Instituto nacional de Seguridade Social – INSS.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem como principais informações o nome do empregado, número de inscrição no PIS/PASEP, raça, sexo, idade, modalidades de salários contratuais, vínculo empregatício, horas de trabalho, décimo terceiro salário, Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), admissões e demissões.

A temática em volta da ação social das empresas e da constituição de um modelo ético empresarial já obteve resultados efetivos: diversas empresas tais como Vale, Furnas Centrais Elétricas, Bradesco, Itaú, Natura, Embraer, Eletropaulo, SABESP dentre outras aplicaram recursos em áreas sociais como educação, saúde, esportes e cultura, redefiniram também suas políticas internas com relação aos funcionários, promovendo planos de carreira, assistência médica e odontológica, participação nos lucros da empresa. Também são desenvolvidos diversos projetos para atender às comunidades carentes, principalmente aquelas que estão diretamente envolvidas às empresas.

No ano de 1984, foi publicado, de forma voluntária, o primeiro relatório com fins sociais de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofértil. Esse relatório procurava promover as ações sociais realizadas pela empresa durante aquele exercício e recebeu o nome de *Balanco Social da Nitrofértil*, também o Balanco Social do Sistema Telebrás foi publicado em meados da década de 90 e o BANESPA, publicado em 1992, sendo estas as empresas precursoras na utilização do balanço Social com meio de divulgação de suas ações sociais e ambientais. Em 1996, ocorre o primeiro registro de publicações que segue o modelo do IBASE, o qual foi criado pelo Sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica, onde através de discussão e debates com diversos setores da sociedade, foi desenvolvido um padrão de publicação anual que é sugerido às empresas, independente de seu porte. Deverá conter este demonstrativo uma predominância de dados em valores financeiros para que possam ser avaliados pela sociedade e pelo mercado. ²

² ___disponível em www.balancosocial.org.br/

3 - BALANÇO SOCIAL - CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS

É preciso saber determinar o que realmente é relevante como escopo de informações sobre os fatos contábeis ocorridos no exercício. O Balanço Social tem por fim explicitar uma situação econômica e social da empresa, o qual se submete a avaliação interna e externa.

Conforme explicita Tibúrcio, (Atlas, 2001), para elaboração do balanço social é necessário utilizar as estruturas da empresa, a seguir detalhadas, tais como o Departamento de Pessoal, Departamento de Contabilidade e o Sistema de Informação Contábil para que possam prover as informações necessárias:

- Departamento de Pessoal - Envolve os empregados desde sua contratação até o desligamento. Nas grandes empresas e corporações sejam estas, públicas ou privadas tem-se uma divisão entre departamento de pessoal e recursos humanos. No primeiro tem-se todo controle de folha de pagamento, recolhimento de contribuições, controle de assiduidade e pontualidade, férias e legislação pertinente. No segundo, tem-se a parte de seleção e recrutamento, treinamento e cursos, avaliação de desempenho, serviço médico e acompanhamento psicológico. Sendo que estes setores fornecem informações essenciais à composição do Balanço Social.
- Departamento de Contabilidade - Designado para registrar todos os atos e fatos administrativos que sejam avaliados financeiramente. Elabora e divulga os relatórios contábeis: balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e interpreta a real situação patrimonial. As informações relevantes que o Departamento de Contabilidade fornece ao Balanço Social referem-se à Demonstração do Valor Adicionado e sua aplicação.
- Sistema de Informação Contábil - O Sistema de Informação Contábil proporciona informações financeiras ou não direcionadas às decisões em níveis operacionais, estratégicos e logísticos. Esse

sistema também e de vital importância na elaboração do Balanço Social, pois traz informações como:

- Produtos vendidos ou serviços prestados;
- Produção física, produtividade, horas trabalhadas;
- Controle de qualidade dos produtos fabricados;
- Diminuição ou aumento de falhas no processo produtivo;
- Redução de perdas;
- Impacto sobre a produção da quantidade de faltas tanto como das horas extras trabalhadas.

Compreende-se que na afirmativa do autor é sugerida a criação de uma rede de informações que provenha uma ligação direta de dados, preferencialmente, em tempo real, ao Departamento Contábil e Financeiro e o Departamento de Recursos Humanos, o qual proverá informações essenciais para composição do Balanço Social. Devem ser incluídos dados que seguem critérios específicos, tais como, sexo, idade, grau de instrução, religião, raça, antiguidade no emprego, diferença entre a maior e menor remuneração dentre os cargos existentes na empresa, número de filhos, estado civil, entre outros. Tais dados permitem uma avaliação do relacionamento da empresa com seus empregados e refletem a política de administração de recursos humanos

Na elaboração do Balanço Social deve ser indicado um profissional responsável para executá-lo, o qual deve coordenar os procedimentos de coleta de informações e formatação dos relatórios para posterior apresentação.

O Balanço Social, a princípio restringia-se apenas a informações sobre recursos humanos, ou seja, relatório específico sobre informações funcionais, folha de pagamento e contribuições sociais, o qual era denominado Balanço das Pessoas. Este modelo tinha como alvo apenas os usuários internos e também era utilizado para prestar as devidas informações para o Governo. Com o surgimento de novas demandas econômicas, ambientais e sociais, o Balanço Social passou a ter um sentido mais amplo englobando o Balanço das Pessoas, a Demonstração do Valor Adicionado, o Balanço Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa.

Este aumento da gama de informações permitiu ao Balanço Social evoluir para um relatório completo com relação às necessidades dos envolvidos (*stakeholders*) provendo informações adequadas ao contexto da sustentabilidade de uma forma transparente e de fácil verificação em qualquer das etapas do processo de elaboração do Balanço Social.

3.1 - RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA.

O Conceito de Responsabilidade Social está em constante evolução e aprimoramento, pois à medida que as empresas ocupam o seu real papel no mercado atual e que as necessidades sociais crescem esse conceito deve ser revisto e discutido de forma ampla com o fim de implementá-lo e multiplicar suas ações para todos. É necessário que as empresas estejam sempre aptas a se adequar a novas circunstâncias tais como a constante evolução tecnológica, oscilações dos mercados mundiais ou até mesmo grandes tragédias. Define-se Responsabilidade Social como o empenho de uma organização para com a sociedade, o seu real envolvimento, para que a existência da organização interfira de forma positiva e atuante na vida das pessoas que a cercam.

As ações da Organização devem seguir princípios éticos e morais, independentes de serem exigidas por lei. Cabe-se ressaltar que estas ações acontecem para atender a pressões que ocorrem tanto dentro da empresa quanto fora dela, alheia à vontade empresarial.

A Responsabilidade Social é um resultado de questionamentos e críticas da sociedade, pois na consciência empresarial o único fator importante era o lucro e não a real participação de uma empresa em um contexto de respeito às necessidades sociais e ambientais, pois, além de gerar empregos e distribuir renda, ela também favorece com sua infraestrutura a todo um conjunto de pessoas envolvidas, o que garante, em contrapartida, a vida da organização.

Os principais beneficiários da Responsabilidade Social são as pessoas envolvidas, tais como empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que tenham relação comercial e também aquelas que a cercam e sofrem suas conseqüências. Para que seja plena a Responsabilidade Social deve buscar o apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual exerce influência, a preservação do meio ambiente, o investimento no bem estar dos funcionários e dependentes e em um ambiente de trabalho saudável e adequado, ter suas operações de forma transparente, promover um retorno aos acionistas e entendimento com os parceiros comerciais e a satisfação de clientes e consumidores.

Como conseqüência da ação de responsabilidade social ocorre um melhoramento do próprio ambiente da empresa, as atitudes mudam e as pessoas

trabalham de forma positiva com aumento da produtividade, resultados financeiros favoráveis devido ao aumento da receptividade do mercado e valoração dos capitais da empresa.

3.2 - BALANÇO SOCIAL – RECURSOS HUMANOS.

Conforme é indicado por Tinoco (Atlas, 2001), uma das funções atribuídas ao Balanço Social é destacar as relações entre os empregados e a entidade para qual trabalham, desta forma, descrever as relações de trabalho nas entidades, sua evolução, formação e capacitação, promoções e condições adequadas de trabalho. Os indicadores sociais internos deverão seguir a seguinte ordem:

- Emprego - Envolve o quantitativo de empregados no final do período, de admissões durante o período, de empregados terceirizados, de estagiários, empregados acima de 45 anos, mulheres que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres, de negros que trabalham na empresa, percentual de cargos de chefia ocupados por negros, de empregados com deficiência ou necessidades especiais.
- Remunerações e outros benefícios (custos com pessoal) – Referem-se à participação nos lucros, encargos sociais compulsórios, previdência privada, assistência médico odontológica complementar, auxílio-alimentação e auxílio-creche, a relação entre a maior e menor remuneração da empresa e a folha de pagamento bruta.
- Formação profissional e desenvolvimento contínuo: treinamento e capacitação, ascensão funcional ou plano de carreira.
- Condições de higiene e segurança no trabalho – Padrões de segurança e salubridades estabelecidos, prevenção de acidentes no trabalho.
- Relações profissionais – Participação dos empregados em decisões da empresa como projetos sociais e ambientais, liberdade sindical e direito de negociação e programas de trabalho voluntário.
- Outras condições de vida dependentes da empresa – Educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate a fome.

Estes indicadores compreendem todas as questões relacionadas às questões sociais, o emprego que gera o sustento de indivíduos ou famílias, promovendo a mais justa forma de distribuição de renda, os benefícios aos empregados que asseguram previdência, saúde e uma capitalização compulsória, também a capacitação profissional provém resultados positivos na redução de custos operacionais. Um bom relacionamento entre empresas e empregados minimiza a possibilidade de greves de um setor específico e o fomento à cultura, esporte, educação através de projetos sociais desenvolvidos pela empresa provocam efeitos que, a princípio não são percebidos, pois seus resultados demandam tempo e trabalho contínuo, mas, se traduzem sempre em benefícios para a empresa.

3.3 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO - (DVA)

De acordo com Tinoco (Atlas, 2001, p.64), o Balanço Social engloba os relatórios contábeis exigidos por Lei e de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, também fomenta o Balanço Social o valor econômico agregado ou valor agregado (valor total da produção de bens e serviços em determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários à essa produção)³

A Demonstração do Valor Adicionado Bruto está fundamentada na Lei 6.404/76, art. 176, V, com redação dada pela Lei 11638/07, na Deliberação CVM Nº 557/008, Resolução CFC 1138/2008 e Resolução CFC 1162 /2009, basicamente se determina que toda sociedade por ações de capital aberto, e outras que a lei estabelecer devem elaborar a Demonstração do Valor Adicionado como parte da demonstrações contábeis divulgadas ao fim de cada exercício social. Recomenda-se que toda entidade que divulga demonstrações contábeis, também demonstre o valor adicionado.

O conceito de valor adicionado é usado na macroeconomia como elemento da Contabilidade Nacional, também chamado **valor agregado**. O total dos valores agregados do país realiza o PIB (produto interno bruto). A empresa deve buscar no mercado bens e serviços para o pleno desempenho de suas atividades, aplicando seus equipamentos, capitais e recursos humanos para chegar a um produto final, o

³ Transcrição do Livro Balanço Social - Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações – João Eduardo Prudêncio Tinoco - pág. 64.

qual será vendido posteriormente, nessa operação de transformação a empresa agrega valor, desta forma:

VENDAS – COMPRAS = VALOR ADICIONADO BRUTO

De uma forma sucinta, a Demonstração do Valor Adicionado busca confrontar o valor total de produtos vendidos ou serviços prestados de uma empresa com o custo dos insumos adquiridos pela mesma.

O Valor Adicionado gerado pela empresa é compartilhado aos seguintes beneficiários:

- Ao empregados, que dedica seus esforços à empresa, tendo um retorno em salários e benefícios sociais.
- Os acionistas, na ocasião da integralização do capital, recebem seus dividendos e também as reservas, que aumentam o patrimônio líquido e conseqüentemente a participação dos acionistas.
- Estado, através da arrecadação de tributos e taxas, sejam estes diretos ou indiretos.
- As instituições financeiras, que destinam à empresa empréstimos, tendo sua remuneração posterior baseada em juros.

3.3.1 - ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO

A elaboração da demonstração do valor adicionado, assim como os indicadores obtidos por meio dessa demonstração, é há muito tempo, utilizado pela Contabilidade Nacional para apuração do Produto Interno Bruto. Na Demonstração do Valor Adicionado o objetivo principal é prover informações aos diversos grupos participantes nas operações da empresa – (*stakeholder*). Um fator importante na apuração do Valor Adicionado é a base de avaliação, produção ou venda. No Brasil, as empresas têm adotado o quantitativo total de vendas como base de mensuração do valor agregado.

A demonstração do Valor Adicionado Bruto é obrigatória para as companhias de capital aberto, segundo o art. 176, V, da lei 6.404/76, incluído pela Lei 11.638/07, que também alterou o art.188 da Lei das S.A. O qual determina que deva ser

indicado no mínimo, o valor da riqueza gerada pela empresa, sua distribuição entre os participantes que contribuíram para a obtenção deste resultado.⁴

“A demonstração do valor adicionado bruto – DVA, importante componente do Balanço Social, tem como principais objetivos a apresentação da riqueza gerada pela entidade e a forma de distribuí-la. Essa demonstração não pode e não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do exercício”⁵

3.3.2 - EXEMPLO DE ELABORAÇÃO DA DVA

A Empresa Delta, utiliza seus próprios materiais para gerar seus produtos de venda, desta forma, apresenta-se a primeira Demonstração de Resultados:

EMPRESA DELTA	
Demonstração do Resultado	
Vendas	R\$100.000,00
- Mão de obra	R\$ 50.000,00
- Juros	R\$ 20.000,00
=Lucro	R\$ 30.000,00

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EMPRESA DELTA	
Geração do Valor Adicionado	
Vendas	R\$100.000,00
Distribuição do Valor Adicionado	
Mão de obra	R\$ 50.000,00
Remuneração de capital de terceiros	R\$ 20.000,00
Remuneração capital próprio	R\$ 30.000,00
TOTAL ADICIONADO	R\$100.000,00

Por intermédio da Demonstração do Valor Adicionado, são obtidas as informações necessárias para tomada de decisões, permitindo visualizar com clareza o ganho gerado dentro da empresa e sua proporcional contribuição para

⁴ Fonte: Comissão de Valores Mobiliários – Legislação pertinente à Demonstração do Valor Adicionado www.cvm.gov.br e Conselho Federal de Contabilidade – Resoluções, ementas e normas do CFC - NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado - www.cfc.org.br

⁵ Transcrição do Livro Balanço Social - Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações – João Eduardo Prudêncio Tinoco - pág. 74.

esse resultado. Explicita também, a gama de informações que é obtida pela Demonstração do Valor Adicionado, principalmente quando confrontado com os últimos exercícios quando fica claramente especificado o volume de riqueza gerado dentro da empresa, da mesma forma a distribuição dessa riqueza entre os grupos sociais envolvidos com as atividades da empresa.

Conforme orienta Custódio (Ethos, 2007, p.35), a Demonstração do Valor Adicionado está inserida no Balanço Social, pois é elemento fundamental para informações sociais, ambientais e econômicas à sociedade.

Os dados expostos pela Demonstração do Valor Adicionado são essenciais para a empresa e a sociedade, já que a Demonstração do Resultado do Exercício evidencia apenas qual quantia da riqueza produzida que de fato permanece na empresa na forma de lucros e não existe outro demonstrativo contábil que consegue explicitar o valor exato que foi adicionado e a forma de sua distribuição.

A Demonstração do Valor Adicionado também serve de referência para governo, financiadores, sócios, sindicatos, clientes e fornecedores. Pode ser analisada para aplicação de carga tributária diferenciada de acordo com o ramo de atividade e concessão de incentivos fiscais. Assim como investidores estrangeiros tomam como base a Demonstração do Valor Adicionado para aplicarem seus recursos. Por fim permite à Contabilidade Nacional as ferramentas necessárias para a composição do Produto Interno Bruto.

4 – ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Definida por Custódio, (Ethos, 2007) em sua publicação: Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. A composição do Balanço Social deve seguir um roteiro determinado e com um fim específico, apresenta-se primeiro o planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos e a escolha do modelo que melhor se adapte à realidade da empresa. Deverá ser designada uma equipe de trabalho pertencente ao quadro da empresa e um envolvimento direto com as partes relacionadas e de interesse de fora da empresa (*stakeholders*). Segue-se posteriormente uma compilação dos dados coletados, passando por diversos filtros e questionamentos técnicos. Propõe-se um texto preliminar para análise, onde ocorre uma verificação e auditoria das informações prestadas. Em sua última etapa tem-se a publicação dos relatórios de forma ampla e

acessível a todos os interessados, para que, após esta exposição, sejam considerados os impactos resultantes para um aprimoramento dos relatórios futuros.

No planejamento e escolha do modelo devem ser questionados se os objetivos da elaboração do Balanço Social estão definidos de acordo com as metas e estratégias da empresa, se foram consideradas questões específicas de acordo com o ramo de atividade da empresa, se foram estabelecidos previamente princípios e ações que vão dar o suporte para elaboração do Balanço Social. Considera-se também se estes princípios e ações foram tomados de comum acordo de todos os componentes da alta administração da empresa e se ocorreu participação na elaboração do Balanço Social dos agentes internos e externos.

Na escolha da equipe de trabalho interno e partes externas relacionadas à empresa, releva-se as questões de sensibilização dos grupos internos e externos, se estes grupos estão devidamente conscientizados dos princípios de elaboração a seguir. Destaca-se aqui um dilema da organização, custo sócioambiental *versus* retorno do investimento, se este dilema acompanha todas as fases do processo de elaboração do Balanço Social. Deve-se avaliar também o ambiente geopolítico em que a empresa está inserida e as questões sociais e econômicas que exerce influência direta.

Na coleta e compilações dos dados foram considerados os princípios de comparabilidade e confiabilidade, os quais serão expostos e definidos a seguir, a abrangência das informações, se são tempestivas e adequadas às diferentes realidades de uma empresa (uma mineradora, por exemplo, atua em diversas regiões, cada uma com sua própria situação social e de infraestrutura).

Na elaboração do texto final devem ser observados os princípios da clareza e relevância, também definidos em tópico específico desta pesquisa. O texto final deverá também seguir um padrão para apresentação dos dados descritivos, sugerindo sempre possibilidades de melhoria na composição dos relatórios.

A verificação externa deverá ser feita por organismo não governamental com notório reconhecimento público na avaliação da responsabilidade social corporativa.

Na publicação e divulgação do Balanço Social devem ser consideradas as expectativas dos *stakeholders*, com o direcionamento da publicação para atender a diferentes demandas dos envolvidos neste processo.

4.1 – PRINCÍPIOS DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS

Enfatiza o *Sustainability Report Guidelines*, (GRI, Amsterdam, 2006), Guia de Relatórios de Sustentabilidade da organização internacional *Global Reporting Initiative* que as informações obtidas devem ser adequadas a princípios que garantem a integralidade das informações, estes princípios, a seguir expostos, referem-se ao modo de definição do conteúdo do relatório e aos princípios que garantem a qualidade das informações prestadas.

Quanto ao modo de definição do conteúdo do relatório:

- **Materialidade:** As informações de um relatório devem atingir os indicadores e níveis que refletem os impactos sociais, econômicos e ambientais. Nos relatórios financeiros a materialidade é um termo comum, fator que influencia as decisões econômicas para aqueles que usam a estrutura financeira da organização, particularmente os investidores. Mas no contexto proposto pela *GRI*, este princípio também considera as questões de sustentabilidade (a perfeita relação entre o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e o pleno exercício da função social da empresa).
- **Participação dos *Stakeholders*:** Devem ser levantadas as necessidades de cada participante ou relativo à empresa para que se possa atendê-las nos relatórios, ainda que não sejam solicitadas pelos interessados.
- **Contexto da Sustentabilidade:** O relatório deve apresentar o desempenho da empresa no mais amplo contexto de sustentabilidade. A questão subjetiva de como a organização contribui ou almeja contribuir no futuro para o melhoramento ou deterioração das condições econômicas, ambientais e sociais.
- **Abrangência:** Em princípio a Abrangência através das variáveis “escopo”, “limite” e “tempo”, delimita a extensão da cobertura dos temas relevantes e a exatidão dos dados apresentados, para fornecer aos *Stakeholders* as informações necessárias para avaliar o desempenho da organização de um modo sustentável. O “escopo” orienta os temas do relatório, com a aplicação dos princípios da materialidade e participação dos *stakeholders*. O “Limite” compreende

toda gama de entidades relacionadas (subsidiárias, coligadas, fornecedores, etc..) os quais tem seus desempenhos também demonstrados no relatório. O “Tempo” refere-se à necessidade da informação selecionada seja coletada completamente no período de tempo especificado no relatório, também o registro da informação deve ser feito no momento da ocorrência, ou pelo menos, no período determinado.

Com relação aos princípios que garantem a qualidade das informações prestadas:

- Princípio do Equilíbrio: O relatório deve apresentar os aspectos positivos e negativos do desempenho da organização permitindo aos participantes relativos à empresa fazer uma avaliação sobre todos os aspectos.
- Princípio da Comparabilidade: É necessário comparar os relatórios atuais com os de períodos anteriores, também entre outros relatórios publicados por outras organizações do mesmo ramo de atividade e também de outros setores.
- Princípio da Exatidão: Trata do detalhamento e a especificação necessária para as informações aferidas para proporcionar sua devida avaliação para os entes envolvidos. Refere-se aos dados quantitativos e qualitativos, o primeiro acompanhando o processamento dos dados fornecidos e o segundo com relação à transparência da informação apresentada.
- Princípio da Periodicidade: Indica a necessidade da apresentação dos relatórios de uma forma periódica e regular, propõe inclusive que se ajuste aos mesmos padrões de publicação dos exercícios financeiros.
- Princípio da Clareza e Transparência: Conduz a forma como o relatório é apresentado proporcionando fácil entendimento aos usuários do relatório, o relatório deve apresentar informações de uma forma inteligível e acessível a todos que a solicitarem.
- Princípio da Confiabilidade: As informações e os processos utilizados na elaboração do relatório deverão ser obtidos, registrados, analisados e disponibilizados de uma forma acessível e fácil exame, possibilitando

a avaliação da qualidade e materialidade da informação. Os *stakeholders* devem possuir a confiança de que um relatório poderá se revisto e checado a qualquer momento que se fizer necessário, apurando a veracidade do conteúdo da informação e se ela segue os princípios estabelecidos. Os dados e informações inclusos devem ser armazenados por um sistema interno de documentação e que podem ser revistos por outra pessoa além daqueles que elaboraram o relatório.

Os princípios expostos determinam qual deve ser o conteúdo de um relatório e como suas informações são transmitidas, seguir estas rotinas é garantia da elaboração de um documento confiável, transparente, mas em uma avaliação mais profunda, há que se incluir mais um princípio, com relação a impessoalidade, ou seja, os elaboradores de tais relatórios não devem utilizá-los com vistas a uma promoção pessoal

5 - MODELOS DE BALANÇO SOCIAL

Segundo Custodio,(Ethos, 2007) em sua publicação: Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, os modelos de Balanço Social existentes foram criados com o objetivo de se moldar às situações empresariais e sofrem constantes revisões e propostas de aprimoramento, eles promovem uma conexão entre as estratégias de sustentabilidade e as estratégias gerais da empresa, apresentam o impacto socioambiental da organização e propõe um pensamento inovador. A definição do modelo serve como suporte as metas e objetivos da empresa.

Os modelos possuem a função de avaliar o desempenho da gestão da empresa de acordo com seus compromissos assumidos nas questões sociais e ambientais.

A seguir, apresentam-se os modelos mais utilizados no Brasil, que foi o modelo criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o modelo criado pela *Global Reporting Initiative* (GRI), que é uma organização internacional que explora o desenvolvimento da sustentabilidade no mundo. Esta organização foi pioneira na criação de modelos de relatórios de sustentabilidade,

sendo este modelo o mais utilizado, ainda se propõe a manter uma melhora constante e divulgação e aplicação destes relatórios em todos os países possíveis.

Para a definição de um dos modelos citados, deve-se considerar a realidade da empresa, suas ações e metas em um contexto sócioambiental, a principal diferença entre os dois modelos é a complexidade de elaboração do modelo GRI, sendo o modelo IBASE, de fácil entendimento e adequado à realidade das empresas brasileiras, porém, há que se relevar os princípios estabelecidos pelo modelo GRI em destaque o princípio do “equilíbrio” que expõe tanto os aspectos positivos quanto os negativos e o princípio da “materialidade” que determina a consistência das informações.

5.1 - MODELO IBASE

Conforme este modelo, que no ano de 2009 está passando pela sua quarta revisão, sua certificação e entrega do Selo Balanço Social IBASE/Betinho está suspensa provisoriamente, mas apesar de sua reformulação, será exposta a sua essência para melhor entendimento.

Para receber esta certificação, a empresa é obrigada a prestar todas as informações solicitadas, não podendo de forma alguma, deixar de atender aos quesitos do IBASE. Também é requerida uma declaração da empresa informando que no desempenho de suas atividades não ocorrem casos de exploração de mão de obra infantil, trabalho análogo ao escravo ou degradante, favorecimento ou envolvimento com prostituição infantil e exploração sexual de crianças e adolescentes. Ainda um comportamento ético empresarial sem envolvimento em corrupção e respeito à diversidade e ao meio ambiente.

Este “Selo Balanço Social IBASE/Betinho” não é fornecido a fabricantes de bebidas, armas e cigarros, e o IBASE se reserva ao direito de suspender tal certificação caso ocorra incidentes relacionados ao não cumprimento da legislação trabalhista e ambiental, violação dos direitos humanos e das convenções internacionais.

O modelo IBASE é elaborado com fundamento em uma planilha onde seus componentes são dados quantitativos com relação a investimentos financeiros, sociais e ambientais, condensando em um único demonstrativo às informações que devem ser publicadas para a sociedade em geral. Alguns dados são de fácil

obtenção, pois estão disponíveis nos sistemas contábeis e de gestão de pessoal, já outros são subjetivos e referem-se à mudança da mentalidade empresarial e suas políticas na área socioambiental.

Na sua última versão, o modelo IBASE era composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, definidos em sete categorias, divulgando-se informações e dados de dois exercícios da empresa. Apresenta-se a seguir os principais indicadores avaliados:

Conforme enfatiza Custódio, (Ethos, 2007). A princípio, são definidas três informações financeiras que servirão de suporte para os indicadores, a receita líquida, o resultado operacional e a folha de pagamento.

Indicadores Sociais Internos: Engloba todos os recursos aplicados de forma voluntária ou compulsória que beneficiam seu quadro de empregados, tais como assistência médica e odontológica, educação, treinamento e capacitação, cultura, esportes e lazer.

Indicadores Sociais Externos: São os investimentos que a empresa aplica e têm a sociedade como beneficiária, são projetos sociais que envolvem a comunidade com vistas a implementar de maneira geral uma condição humana digna abrangendo as áreas de saúde e educação.

Indicadores ambientais: são todas as ações da empresa voltadas para minimizar ou compensar o impacto ambiental causado pelas atividades da empresa.

Indicadores do Corpo de Funcionários: traduz as relações da empresa com seus funcionários, suas políticas de geração de novos postos de trabalho e ascensão funcional, a valorização da diversidade social, adequando à seus quadros, grupos como mulheres, negros e deficientes físicos, tendo destaque na colocação destes em cargos de chefia.

Informações sobre o comportamento relacionado à responsabilidade social: engloba os atos praticados pela empresa às pessoas envolvidas de forma direta ou indireta, tudo aquilo que seja relevante destacar como práticas responsáveis dentro da empresa.

O IBASE também criou modelos específicos para atender a micro e pequenas empresas, cooperativas, instituições de ensino e sociedades sem fins lucrativos. Estes modelos também seguem os mesmos parâmetros de transparência e *accountability*, ou seja, prestação de contas, que são exigidos das grandes empresas.

O IBASE procurou atingir todos os setores da economia, buscando sempre estimulá-los para promover da melhor forma possível, dentro das ações empresariais, um desenvolvimento sustentável, o respeito pelo ser humano e o cuidado ambiental, e ainda que de forma paliativa, reparar o dano causado ao meio ambiente.

A seguir, expõe-se o modelo IBASE em sua formatação básica:

Modelo IBASE	Exercício 01	Exercício 02
Base de cálculo		
Receita líquida		
Folha de Pagamento Bruta		
Indicadores Sociais Internos		
Alimentação		
Encargos Sociais Compulsórios		
Previdência Privada		
Saúde		
Segurança e saúde no trabalho		
Educação		
Cultura		
Capacitação e Desenvolvimento profissional		
Creches ou auxílio creche		
Participação nos lucros ou resultados		
Outros		
Total – Indicadores Sociais Internos		
Indicadores Sociais Externos		
Educação		
Cultura		
Saúde e Saneamento		
Esporte		
Combate a fome e segurança alimentar.		

Outros		
Total de contribuições para a sociedade		
Tributos (excluídos encargos sociais)		
Total – Indicadores Sociais Externos		
Indicadores Ambientais		
Investimento com a produção/ operação da empresa		
Total de investimentos no meio ambiente		
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentara eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%
Indicadores do Corpo funcional		
Nº de empregados(as) ao final do período		
Nº de admissões durante o período		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		
Nº de estagiários(as)		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		
INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> CIPA	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue as normas da OIT

A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências. <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências. <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências. <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> incentiva e organiza	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> incentiva e organiza
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Empresa _____ Procon _____ Justiça _____	Empresa _____ Procon _____ Justiça _____
% de reclamações e críticas solucionadas:	Empresa _____ Procon _____ Justiça _____	Empresa _____ Procon _____ Justiça _____
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	_____ % governo _____ % Colaboradores(as) _____ % Acionistas _____ % terceiros _____ % retido	_____ % governo _____ % Colaboradores(as) _____ % Acionistas _____ % terceiros _____ % retido

Fonte: balançosocial.org.br

5.2 – MODELO GRI

De acordo com as informações obtidas no *Sustainability Report Guidelines*, Guia de Relatórios de Sustentabilidade da organização internacional *Global Reporting Initiative* (GRI, amsterdam, 2006) e também considerado por Custodio, (Ethos, 2007) em sua publicação: Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, o modelo de Balanço Social proposto pela GRI foi aplicado pela primeira vez em 2000. Este roteiro para elaboração de relatórios socioambientais já passou por duas revisões, uma em 2002 e a mais recente, em 2006, também denominada G3, de terceira geração. Após sua conclusão o relatório passou a atender novas expectativas que foram levantadas através de pesquisa direcionada a empresas e organismos internacionais de diversos países questionando suas necessidades.

Uma das principais necessidades era a uniformização de normas e padrões de responsabilidade social, a diversidade de indicadores tornava-se um obstáculo e para otimizar os relatórios. Foi necessário um enxugamento dos indicadores qualitativos e ter seus dados analisados de uma forma sistemática.

Cústodio, (Ethos, 2007), destaca que o Modelo de Balanço Social GRI consiste de princípios e orientações para elaboração dos relatórios, assim como diretrizes para o estabelecimento do conteúdo através de indicadores de desempenho. Os quais determinam as informações mínimas que devem constar dos itens descritivos, de forma que a organização apresente informações que traduzam melhor a interpretação em um tema específico. A estrutura de relatórios GRI também se cerca de outros elementos para coleta de informações e a devida constatação da veracidade dos dados fornecidos.

Conforme orienta o *Sustainability Report Guidelines*, (GRI, amsterdam, 2006), o modelo de relatório fornece uma estrutura adaptável às necessidades e interesses das pessoas relacionadas às organizações (*stakeholders*).

Essa estrutura apresenta diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade, as quais determinam o conteúdo e sua relevância, o momento de realizá-los e para quem deve ser demonstrado. Apresenta a estrutura também em seu conteúdo os Protocolos de Indicadores, que tem a função de orientar a descrição dos indicadores, seguem um padrão específico, o modo de processamento das informações, orientações e referências. Em complemento ao uso dos roteiros para elaboração dos relatórios de sustentabilidade apresentam-se os Suplementos Setoriais que envolvem temas socioambientais, mas assumem um caráter específico e voltado para determinadas áreas de atuação, em destaque os setores financeiros e comerciais, metalurgia e extrativismo mineral, órgãos governamentais, telecomunicações e grandes manufaturas.

Exemplo do Modelo GRI. Este modelo é baseado em indicadores de desempenho e apresentam basicamente os seguintes aspectos:

Modelo GRI	
Desempenho Econômico	Descrição
Desempenho Econômico	Quantitativo expresso em valores gerado no período (Valor Adicionado)
Presença no mercado	Relacionamento com os relativos internos e externos da organização

Impactos econômicos indiretos	Reflexos dos investimentos da empresa em infraestrutura ou ações sociais que tenham como beneficiários a sociedade em um todo
-------------------------------	---

O desempenho econômico da empresa traduz a distribuição dos recursos entre os envolvidos (*stakeholders*) e os resultados das ações da organização perante a sociedade. A sua participação no mercado refere-se à locação de mão de obra local, tanto para a área operacional e serviços quanto para a área gerencial e técnica.

Desempenho do Meio Ambiente	Descrição
Materiais	Quantitativo de materiais utilizados e devida proporção de reciclagem da matéria prima utilizada.
Energia	Energia consumida no processo de produção, outras formas de consumo indiretas, melhorias no aproveitamento da energia através de logística e novos equipamentos de menor consumo.
Água	Quantidade de água utilizada no período, suas fontes e processos de filtragem e purificação para retorno ao meio ambiente.
Biodiversidade	Manejo da área ocupada, sua exploração, efeitos nas áreas circunvizinhas e comunidades locais.
Emissões, efluentes e resíduos	Total de emissão de gases e poluentes, metais pesados, avaliados por peso, procedimentos para minimizar a emissão de gases tóxicos tais como filtros, catalisadores e programas de coleta e reciclagem (pneus, baterias).
Produtos e serviços	Procedimentos para reduzir os impactos ambientais de produtos e serviços.
Conformidade	Valores pagos às multas e sanções ambientais devido ao não cumprimento da legislação ambiental.
Transporte	Custo ambiental relativo a transporte de insumos e mão de obra.
Geral	Quantitativo de recursos aplicados na área ambiental e encargos provenientes do uso de reservas naturais.

O respeito ao meio ambiente através de políticas e estratégias direcionadas à biodiversidade, um gerenciamento consciente dos recursos naturais e minimização dos impactos provocados pela atividade da organização. Os indicadores de meio ambiente buscam sintetizar tais ações, quantificá-las e avaliar seus resultados.

Na questão da emissão de poluentes relevam-se ainda mais seus resultados, pois eles seguem metas estabelecidas por convenções e tratados internacionais para redução do aquecimento global e mudanças climáticas, fenômenos que influem diretamente na economia mundial.

Práticas Trabalhistas e Trabalho Digno	Descrição
Emprego	Quantitativo de empregados, por setores, remuneração, região, modalidade de contrato de trabalho, contratações e demissões, crescimento ou redução de postos de trabalho.
Relações entre trabalhadores e empresa	Percentual de empregados sindicalizados e seus acordos coletivos.
Saúde e Segurança no trabalho	Criação de Comissões Internas para Acidentes de Trabalho – CIPA, cuidados com a saúde dos trabalhadores no ambiente da organização. (iluminação, redução de ruídos) minimização de doenças ocupacionais(lesão por esforço repetitivo), quantidade de faltas, óbitos ocorridos no ambiente de trabalho..
Treinamentos e capacitação	Total de horas por empregado destinadas à educação, capacitação e treinamento.

Os indicadores de desempenho relativos às práticas trabalhistas e trabalhos dignos englobam as ações da empresa com relação aos seus empregados, respeitando as diferenças sociais e de qualificação, cumprimento da legislação trabalhista vigente, investimentos na capacitação e treinamento, através da realização de cursos dentro da empresa destinados a área operacional. Fomento à capacitação de gerentes e técnicos através de convênios com universidades e escolas técnicas. Cuidados com a saúde e redução de acidentes de trabalho através de um gerenciamento dos riscos operacionais.

Direito Humanos	Descrição
Práticas de investimentos e processos de aquisição	Investimentos relevantes nas questões relacionadas a direitos humanos.
Discriminação	Registro de ocorrência de casos de discriminação e providências tomadas.
Livre associação e negociação coletiva	Acontecimentos pertinentes a realização de acordos e negociações
Trabalho infantil	Possibilidade de risco de trabalho infantil e medidas tomadas para evitar tal ocorrência.
Trabalho escravo ou análogo ao escravo	Possibilidade de risco de trabalho escravo e medidas tomadas para evitar tal ocorrência.
Segurança	Treinamento de equipes de segurança para respeito aos direitos humanos
Direitos dos índios e minorias étnicas	Registro de ocorrência de violação aos direitos dos povos indígenas e minorias étnicas.

Os indicadores de desempenho dos direitos humanos se destinam a minimizar ou evitar a ocorrência de fatos relacionados ao desrespeito aos direitos humanos, no treinamento de uma equipe de segurança para que saibam lidar com situações de desigualdade social, não permitir a aquisição de insumos se saber a procedência e a forma que o fornecedor administra seus empregados, como no caso da compra de carvão vegetal, mais procurado que o carvão mineral, devido a menor emissão de poluentes, há que se verificar quem trabalha na carvoaria, geralmente é utilizada mão de obra local e dentre estes menores de idade, também verificar a possibilidade de ocorrência de trabalho análogo ao escravo dentre seus fornecedores. Em questão também as relações humanas no trabalho, respeito à dignidade humana dos subordinados, sua diversidade étnica e sexualidade evitando assim o assédio moral e a discriminação, permitir a livre participação em associações trabalhistas e entidades sindicais. Por fim, constatar o quantitativo de investimentos da organização em projetos e ações que visem garantir o respeito aos direitos humanos.

6 - CONCLUSÃO

Neste capítulo são demonstradas as conclusões pertinentes ao tema apresentado, sua realidade e propostas para um aperfeiçoamento contínuo.

Na questão da problemática exposta, constata-se que os modelos balanços sociais demonstrados convergem para o mesmo contexto. Portanto, sugere-se uma padronização no Brasil dos modelos apresentados, sendo proposta uma unificação. O modelo IBASE, que apresenta um modo de elaboração simplificado e de fácil entendimento, é o mais indicado para elaboração do Balanço Social, porém, há que se integrem a ele as características e princípios do modelo GRI.

No que se refere ao objetivo da pesquisa, foi demonstrado de forma detalhada os modelos de Balanço Social e suas estruturas, também foi exposta sua origem e desenvolvimento histórico com as devidas interpretações.

Verifica-se que a implantação do Balanço Social no Brasil segue um processo lento de adaptação à nossa realidade, em que a sociedade deve exigir dos legisladores uma atitude positiva com relação a responsabilidade social, constata-se também que o Balanço Social elaborado e divulgado pelas empresas tende a explicitar somente o lado positivo, as benesses realizadas, deixando de demonstrar o passivo social. O dano causado às pessoas e ao meio ambiente.

Aplicar tais relatórios torna-se um desafio, até por que para existir um Balanço Social, são necessárias que antes tenham sido realizadas diversas ações com atributos sócioambientais. Assim, primeiramente devem-se adotar políticas e atitudes voltadas para um desenvolvimento adequado às ações de responsabilidade social. É necessária uma mudança de consciência no meio empresarial. Esta mudança de atitude segue uma tendência mundial e é imperativo para o próprio desenvolvimento da empresa, pois se ela não se adequar, perderá pontos em um mercado competitivo. Ressalte-se, por fim, que deve ser observado mais um princípio, o da “impessoalidade” para não permitir que o Balanço Social, que leva em seu bojo a essência da Responsabilidade Social Corporativa sirva como instrumento para promoção pessoal de dirigentes de empresas ou organizações.

7 - REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia A. (Coord.), Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. Vários autores. 2 Ed. São Paulo. Saraiva. 2005.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <www.balancosocial.org.br>. Acesso em 14 set. 2009.

BRASIL, Lei 6.404/76 e Lei 11.638/2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – Legislação pertinente à Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <www.cvm.gov.br> . Acesso em 22 nov. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resoluções, ementas e normas do CFC. NBC T 3.7. Demonstração do Valor Adicionado e alterações. Res. CFC 1138/2008 e 1162/2009. Disponível em: <www.cfc.org.br> . Acesso 20/11/2009

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Sustainability Report Guidelines. 3 ed. Amsterdam, 2006. Disponível em: <www.globalreporting.org>. Acesso em 24 nov. 2009.

TIBÚRCIO, César A. S.; FREIRE Fátima S. Balanço social: teoria e prática: inclui o novo modelo do IBASE. 1 ed. São Paulo. Atlas, 2001.

CUSTÓDIO, Ana L. M. e MOYA, Renato. Guia para elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. 1 ed. São Paulo. Instituto ETHOS, 2007.

MOURA, Miriam N. de. O Balanço Social e o Direito. 1 ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2002.

REIS, Carlos N; MEDEIROS, Luiz E. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: Meio propulsores do Desenvolvimento Econômico e Social. 1 ed. São Paulo. Atlas, 2007.

TINOCO, João E. P. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.
